

DEMANDAS DO TRABALHO AO ASSISTENTE SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Maria José de Souza Barbosa

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Risomar Ferreira de Sousa

Secretaria de Estado de Saúde Pública do Estado do Pará (SESPA)

Maria Helena Loureiro dos Santos

Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social do Pará (SEDES-PA)

DEMANDAS DO TRABALHO AO ASSISTENTE SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Resumo: Este artigo mostra as novas contradições e problemáticas decorrentes do capitalismo contemporâneo, colocando questões que exigem uma revisão das teorias sociais, bem como a análise das experiências concretas dos trabalhadores no contexto da precarização do trabalho. Ressalta que essas determinações ainda nos obrigam ao redimensionamento da prática profissional, a fim de atender às demandas colocadas pela reunificação entre tempo de vida e tempo de trabalho, sem as promessas da fraternidade, da liberdade e da igualdade, ao contrário das conquistas abertas na constituição da modernidade. Reforça que, hoje, os processos de expropriação se sofisticam ao combinar a produção de commodities com o trabalho escravo sob a cadeia produtiva das empresas-redes. Busca, em forma de ensaio, elaborar algumas hipóteses sobre o trabalho na Amazônia e suas implicações para os assistentes sociais.

Palavras-chave: Trabalho, capitalismo contemporâneo.

THE SOCIAL WORKER'S WORK DEMANDS WITHIN THE CONTEMPORARY CAPITALISM

Abstract: The contradictions and problems resulting from the contemporary capitalism rises issues that require a review of the social theories as well as the analysis of concrete experiences of workers in the context of precarious work. This determinations also forced us to resize the professional practice to meet the demands resulting from the unification of life time of work, time without the promises of fraternity, liberty and equality, as well as to consider the constitution of the achievements of modernity. Nowadays the expropriation processes are sophisticated, combining the production of commodities with the slave labor in the production chain of companies. This paper presents some hypothesis about the work in Amazonia and its implications for the social workers.

Keywords: Work, contemporary capitalism.

Recebido em 10.04.2009. Aprovado em 16.06.2009.

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo contemporâneo tem suscitado uma série de interrogações a partir de debates teóricos e da análise de experiências concretas, particularmente, quando a crise do sistema financeiro – capital fictício – nos faz repensar as novas formas de organização do trabalho, ainda mais quando se encontra na Amazônia uma fronteira onde entrecruzam problemáticas locais e globais, de grande monta, haja vista as temáticas relacionadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global. A importância da reflexão teórica embasada na realidade prática é, certamente, a melhor opção para se identificar as mutações do trabalho sob um mirante que não conheceu o capitalismo industrial, mas que transborda em relações paradoxais entre a resistência das populações locais para a manutenção da floresta, recolhendo dela o necessário para uma vida integrada e a ganância do capital em se apropriar e alterar os últimos espaços naturais do planeta terrestre. Neste imbricado de redes locais, nacionais e internacionais, implicados por poderes de ordem diversa, se inscreve o trabalho do assistente social.

Não é mais novidade que a reestruturação produtiva modelou uma nova composição técnica e político-subjetiva da classe trabalhadora, que Lazzarato (1994) expressa a partir do conceito de trabalho imaterial¹, resgatando nos Grundrisse de Marx, a noção do trabalho que produz o conteúdo informacional e cultural das mercadorias. Essa concepção nos potencializa entender os processos de captura das formas mais complexas das atividades laborais até o saber das populações tradicionais sobre os produtos florestais. No entanto, essas novas características do trabalho que não secciona o produtor do produto, ainda hoje são desconhecidas no processo de formação profissional, embora sejam suas problemáticas a demandar ações sociassistenciais, (ou socioassistenciais?) de transferência de renda e de inclusão produtiva, educacionais, dentre outras, à medida que passam a apontar a necessidade de novas práticas, a fim de que não se reavivem dinâmicas assistencialistas, de filantropia e de clientelismo aos novos deserdados do desemprego estrutural, em forma real ou em latência.

Entender capitalismo contemporâneo no contexto amazônico é reconhecer que o trabalho imaterial pode ser identificado sob duas grandes chaves: a primeira, que se mostra pela relevância do conteúdo informacional imanente às mercadorias produzidas nas empresas industriais e nos serviços, os quais exigem habilidades cibernéticas e controle computacional; a segunda, manifesta-se a

partir do conteúdo cultural da mercadoria, até recentemente entendidas como não trabalho, visto se constituir por padrões culturais e artísticos. Sob a segunda chave, pode-se pensar nas novas configurações da ação profissional no âmbito das políticas públicas, um espaço privilegiado de relações interventivas do assistente social sem desconhecer os demais âmbitos da profissão, por exemplo, a grande empresa agromineral e agroextrativista.

2 METAMORFOSES DO TRABALHO E REPERCUSSÕES NA AMAZÔNIA

Nos países cêntricos, a universalização de direitos sociais e, conseqüentemente, a elevação da qualidade do trabalho, garantiu um nível de vida sob a regulação do Estado de Bem-Estar Social. No entanto, nos países periféricos essa realidade se restringiu aos trabalhadores incluídos na dinâmica da industrialização, fato que não se estendeu à região amazônica, considerada fronteira de exploração de matéria prima das indústrias concentradas no sudeste do país. Para Paula (2008, p.17), a Amazônia ainda continua sendo identificada como um “inesgotável reservatório de recursos naturais e de geração de superlucros, como espaço, recorrentemente, mobilizado como plataforma de acumulação primitiva de capital desde o ciclo sistêmico de acumulação holandês, no século XVII”.

No entanto, não podemos deixar de entender que as transformações nos setores estratégicos da produção capitalista impactam as condições de vida nos lugares mais longínquos, mesmo onde as relações capitalistas de produção ainda não se enraizaram. A fronteira se caracteriza pelo limite entre o mundo ordenado sob a lógica natural e o avanço da apropriação desse espaço para sua destruição.

Essa tensão constitui um contínuo paradoxo, na medida em que a alteração das funções de produção e da composição técnica do trabalho implica, necessariamente, em constituição de novas habilidades profissionais para dar conta da transmutação do trabalho articulado à ida na floresta ao trabalho “intelectual”, sob a exigência das novas tecnologias de comunicação.

Para Lazzarato (1994), significa que o trabalho intelectual é, cada vez mais, constituído pelo *general intellect* de Marx: o conhecimento acumulado pela sociedade, sob a dinâmica do trabalho criativo, mas que tem sido constantemente capturado e incorporado pelo comando econômico e político do capital. Neste sentido, o ensaio busca apreender estas novas formas de configuração do trabalho a fim de identificar as demandas postas aos assistentes sociais.

Hoje, as empresas capitalistas são estruturadas sob os diferentes modelos de

produção pós-fordista, o que significa reconhecer a centralidade do trabalho vivo na produção. As grandes companhias reestruturadas, como a Albras-Alunorte e a Vale do Rio Doce, por exemplo, exigem, de modo crescente, a qualidade do trabalho, em que habilidades são escolhidas entre diferentes alternativas, (em o grau – sem nexos) de responsabilidade torna-se um diferencial, na medida em que a tomada de decisão passa a fazer parte dos novos atributos do trabalhador.

Para Lazzarato (1994), estes novos atributos podem ser enfeixados no conceito de interface, pois traduz de modo claro a necessidade de domínio de atividades, como caráter do próprio trabalhador, na medida em que este precisa manejar diversas funções, transitando entre diferentes equipes e graus de hierarquia no trabalho. Neste âmbito, o que está em jogo é a subjetividade e a personalidade do trabalhador, colocadas à disposição do comando da produção.

As transformações do trabalho, nesse sentido, mostram-se no interior da própria crise da classe trabalhadora, haja vista que o trabalho-massa, oriundo do trabalho fabril, se estilhaçou no ar. Suas atribuições são cada vez mais dadas pelo trabalho-intelectualizado. A reestruturação estrutura o trabalho em grande medida sob a operacionalização das máquinas-robôs, isto é, a extração da mais-valia relativa, cabendo ao trabalho vivo o controle e o tratamento das informações. Neste contexto, o trabalho é revestido da capacidade de ativar e gerir a cooperação produtiva, para a tomada de decisão, na medida em que as máquinas-robôs substituem o operário e os trabalhadores tornam-se sujeitos, visto agirem para a coordenação de várias funções – trabalho polivalente – no processo de produção; daí, ser afetado de modo coletivo: a classe trabalhadora.

A formação continuada passa a ser uma demanda efetiva do trabalho vivo, na medida em que a aprendizagem visa incorporar diferenciais de produtividade, de inovação e composição para a elaboração de novos produtos, gerando ainda novas formas de organização e novas funções de trabalho.

Os novos conflitos e contradições parecem encontrar (ir ou aí ?) um campo minado, pois a constituição da subjetividade e suas formas coletivas são desenvolvidas e tendem a se manifestar no interior da própria relação de trabalho. As classes sociais passam por um processo de redefinição, haja vista a necessidade de se encontrar um termo para a captura da própria subjetividade: não há valorização sem a prescrição de subjetividades; quanto mais rica em conhecimento, mais capaz de pôr-se a serviço da criatividade, portanto, da elaboração do novo.

A gestão da produção no capitalismo de redes exige a participação dos trabalhadores, no entanto, ela está vaticinada por tecnologias de poder, na medida em que o “controle” da subjetividade torna-se uma exigência para as tarefas, não mais circunscrita à execução, mas à gerência, à comunicação e à criatividade, processos imanentes ao trabalho reestruturado. Assim, os novos trabalhadores-sujeitos tornam-se competentes para organizar os trabalhos das máquinas-robôs, sob o antagonismo mobilizado no confronto entre as personalidades de trabalhadores individuais, uma concorrência ditada pela lógica do trabalho criativo.

As habilidades de fala, de comunicação e de cooperação dos gestores tayloristas, extremamente hierarquizadas, são reconfiguradas no comando do capitalismo de redes. O regime de acumulação flexível, identificados por Piore; Sabel, (1982) e Harvey (1994), mostra não ser mais possível a rigidez do taylorismo-fordismo, particularmente quando se busca especificar as funções e responsabilidades organizadas segundo estudos “científicos” do trabalho.

Na contemporaneidade da produção capitalista, a cooperação e a coordenação coletiva exigem trabalhadores capazes de relação comunicacional, a fim de exercerem o papel no comando participativo, o que torna evidente uma atribuição vertical e horizontal pré-determinada em sua forma e conteúdo.

A circulação da informação passa a ser essencial ao “trabalhador-sujeito”, na medida em que é transmissor de codificação e descodificação, sob uma mensagem que é normalizada pelo comando, impondo a comunicação como condição do trabalho. O comando evoca a personalidade e a subjetividade do trabalhador, na valorização mobilizada pela comunicação, a partir de um trabalhador que se torna responsável pelo seu próprio controle e pela sua motivação no trabalho. Cria-se a figura do facilitador para moderar os possíveis conflitos e contradições, emersos nessa autonomia, e a liberdade constrangida, uma exigência da comunicação como condição de cooperação voltada à produção; uma obrigação implicada pelo poder, implicado nas novas qualidades do trabalho organizacional.

Os processos de socialização, de formação educacional e da própria valorização cultural determinam a transformação do mundo do trabalho, gerando a “fábrica difusa” e a descentralização da produção para o conjunto da sociedade, bem como, das diversas formas de terceirização. Nesse âmbito, observa-se o papel estratégico na organização da produção.

As atividades de pesquisa, de concepção e de gerência de recursos humanos são organizadas em *networks* e multimídia, sob o

ciclo de produção e de organização do trabalho imaterial. O sentido da vida torna-se inseparável do trabalho, na medida em que é preciso talento para gerir as relações sociais, uma condição para a cooperação social no interior das estruturas da bacia do trabalho imaterial.

O trabalho imaterial encontra-se na interface da relação entre produção e consumo, na medida em que a cooperação entre produção e consumo mostra-se na relação social do trabalho sob encomenda, um momento especial de comunicação. “O papel do trabalho imaterial é de promover a inovação contínua na forma e nas condições de comunicação (e assim no trabalho e no consumo)” (LAZZARATO, 1994).

O gosto e a preferência do consumidor são materializados em necessidades reais e imaginárias. “O trabalho imaterial produz primeiro, e antes de qualquer coisa, uma ‘relação social’ (uma relação de inovação, produção e consumo). Se isso ocorre somente na produção, faz as atividades terem valor econômico (Idem), deixando transparecer que o trabalho não produz apenas mercadorias, mas primeiro e, principalmente, a relação do capital.

Nesse sentido, o ciclo da produção imaterial tem como eixo central uma força de trabalho social capaz de se auto-organizar, cabendo ao capitalismo somente capturá-lo e colocá-lo à sua disposição. Isto exige novos instrumentos de regulação da organização do trabalho, sob um território cada vez mais social, na medida em que o econômico é produzido por excedentes de sociabilidade. Esta novidade ainda não é reconhecida pelas formas de organização contratual entre capitalista e trabalhador, tampouco pelo estado enquanto capital coletivo.

As dimensões da valorização de capital, identificadas no processo da produção, são dadas pela dinâmica do trabalho imaterial, mediatizado pela comunicação social e territorial, implicando uma cooperação produtiva, cujo elemento central é a subjetividade. No âmbito estritamente econômico, o ciclo de reprodução do trabalho imaterial redefine a relação produção-consumo, tendo em vista que participa na produção de um produto não mais estandardizado, mas produzido segundo sua própria definição. A comunicação relacional torna-se o elo entre informação e consumo.

3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O trabalho que caracteriza o assistente social se restringe a uma formação profissional que lhe proporciona um fazer sob tributos intelectuais, como resultado das lutas de autovalorização do trabalho; sua origem em práticas filantrópicas e assistencialistas decorrem do processo de destituição dos meios de produção, quando o

trabalhador já não tem outra forma de reprodução a não ser vendendo a sua força de trabalho. No entanto, hoje essa condição é cada vez mais reduzida, como se demonstrou no item anterior. Assegurar direitos sociais, particularmente aos mais necessitados, como está na Lei Orgânica da Assistência é uma tarefa extremamente difícil, quando se vive em um país que não universalizou os direitos.

Assim, o lócus do exercício profissional e as condições para a realização do fazer profissional, particularmente no estado do Pará, onde a questão fundiária e a problemática da expropriação de terras ainda é uma constante, mostra a dificuldade para a atualização dos instrumentos históricos dos assistentes sociais na operacionalização do exercício profissional.

Trata-se, portanto, do enfrentamento dos processos decorrentes do primeiro momento de constituição da pobreza, tal qual ocorrera na Europa ocidental no começo da industrialização, quando grandes massas de trabalhadores não possuíam o mínimo para sua autorreprodução. Os novos deserdados na Amazônia já não têm mais a promessa da inclusão em um mercado de trabalho em expansão, ao contrário, o que caracteriza sua condição de vida é a exclusão dessa forma de inserção.

No campo das políticas sociais, desde 88, com a Constituição Cidadã, enquanto constituição formal, vêm se estruturando instrumentos para a descentralização e a territorialização das políticas sociais, particularmente, com a implantação do Sistema Único de Saúde, do Sistema Único de Assistência Social, da Lei das Diretrizes da Educação, dentre outras. Mas o grau de extensão da pobreza e sua intensividade, fruto do modelo de desenvolvimento desigual, é um complicador essencial para a universalização dos direitos sociais.

O chamado pacto federativo, que responsabiliza os entes federados no processo de descentralização, torna-se letra morta, na medida em que a constituição material é ditada pela lógica do capital em suas formas de apropriação e uso do solo; primeiro, promovendo a extração de madeiras nobres (mogno, cedro, ipê, virola, angelim), depois as queimadas, para em seguida introduzir o gado e a soja, a partir de grandes projetos agromineriais e agroextrativistas, financiados pelo próprio estado.

Assim, o trabalho do assistente social, geralmente contratado pelo Estado, move-se em casamata, sob uma guerrilha entre fazendeiros, grileiros, sojeiros, madeireiros e recém- destituídos de posse da terra, uma força de trabalho desprovida de qualquer atributo necessário ao capitalismo contemporâneo. Esta é a base das demandas para o profissional da assistência social em contexto amazônico. Uma exclusão que não se dá pela dinâmica

do assalariamento, mas pela perda de vínculo com a terra, condição primeira da autonomia do trabalho no espaço amazônico.

No entanto, as novas determinações do movimento geral de expansão do trabalho parcial, temporário, itinerante, precário, subcontratado, terceirizado que marca a sociedade no capitalismo contemporâneo se expande via redes, repercutindo ainda no trabalho, a partir da elevação da economia informal (BARBOSA; EID, 2009). A chamada mundialização dos capitais, notadamente financeiro, não consegue absorver os trabalhadores expelidos pelas fábricas reestruturadas, ou mesmo os trabalhadores rurais espoliados do campo, nas últimas fronteiras de expansão do capital, como é o caso da Amazônia.

Neste campo, a recuperação de políticas de transferência de renda, associada a meios de inclusão produtiva a partir do saber popular, tem se tornado um dos *modus operandi* do fazer profissional; de um lado, mostra-se a biopolítica como condição para a garantia do direito à própria vida das populações tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, caboclos etc.), que passam a caracterizar processos de vulnerabilidade social decorrente dos desencaixes na destituição de seus meios de vida ligados à terra.

Há ainda a retomada de iniciativas dos próprios trabalhadores, como é possível se verificar a partir da economia solidária, seja por meio da recuperação de fábricas falidas, seja pela mobilização de atividades que lhes eram secundárias, mas que passam a se organizar sob a forma de trabalho coletivo de modo autônomo, ou mesmo de trabalho individual no âmbito da economia informal. Surgem, portanto, a partir da deterioração das condições de vida no campo e na cidade, particularmente com a crise do operariado industrial.

As demandas profissionais mostram-se como necessidade de reestabelecimento do sistema público de assistência social, não somente como políticas públicas estatais. A seguridade social está em questão desde a constituição de 1988. Em outras palavras, o papel deste profissional no acesso aos direitos sociais é complexo, mesmo porque também é impactado pelas novas determinações do trabalho.

A municipalização e a territorialização implicam espaços multidimensionais sob um conjunto de abertura e fechamentos, devido aos processos e lutas ininterruptas, na medida em que é tecido por interesses diferenciados e contradições incontornáveis, sob campos relativamente autônomos. As experiências de municipalização, como forma de descentralização administrativa e financeira e de redistribuição de renda ou acesso a serviços sociais como direito, são constituídos sob dinâmicas de potência e poder. Portanto, ao

mesmo tempo em que possibilitam a expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais, têm materializado práticas de assistencialismo e clientelismo como condição de sobrevivência de representantes das elites locais, seja no âmbito estatal ou privado, a fim de legitimar ou manter relações de dominação.

Em depoimentos de assistentes sociais que desenvolvem ou desenvolveram seu exercício profissional em municipalidades, particularmente no interior do aparelho estatal, afirmam a imposição de compromissos dos gestores, prefeitos, secretários (muitas vezes as chamadas primeiras damas). O que compromete a ação profissional realizada são as formas de pragmatismo recorrente. O planejamento de estratégias de mobilização produtiva desses territórios torna-se uma exigência de um fazer profissional e institucional, regido pela dinâmica dos direitos, a fim de “decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo” (IAMAMOTO, 1998, p.20).

A permanência de práticas clientelistas e assistencialistas mostra que a atuação profissional responde aos ditames da localidade, o que nos remete à necessidade de aprofundar estudos sobre o trabalho do assistente social, a partir das demandas que lhes são colocadas no cotidiano, isto é, como os trabalhadores, de um modo geral, vêm enfrentando as forças sociais que resistem à incorporação da assistência social como direito de cidadania, condição *sine qua non* para a inserção na sociedade contemporânea.

As atribuições do assistente social passam, portanto, pela configuração do trabalho imaterial, que dinamiza o capitalismo de redes, um trabalho profissional que requer a interface na produção da comunicação, mediatizada por tecnologia de poder, em busca da captura de subjetividades enquanto novo móvel da valorização de capital. Certamente, que este não é o único trajeto dessa novidade, a comunicação também enseja espaços de abertura uma contradição paradoxal do capitalismo contemporâneo. Para tanto, é necessário “inserir a situação social e econômica de um território que ainda lida com questões básicas [...] alimentada por um regime de acumulação capitalista cada vez mais baseado no conhecimento e na circulação” (COCCO; BARBOSA, 2007).

O assistente social precisa colocar-se não apenas como “um executor terminal de políticas sociais que atua na relação direta com a população usuária. Exigência do mercado, além do trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais” (NETTO, 2000, p.8), mas

um profissional que precisa incorporar as dimensões do trabalho imaterial, revertendo-as para sua liberação, visto se inserir no mercado como qualquer outro trabalhador para vender sua “subjetividade”, uma mercadoria que se torna tangível na economia mercantilista do capitalismo atualizado.

A subjetividade que emerge como força de trabalho é “trocada” sob uma relação participativa da comunicação pré-figurada, seu “produto” exerce o fetiche das políticas sociais desvinculadas de sua origem concreta, ou seja, a destituição dos meios de produção. Assim, a necessidade de repensar e redimensionar o trabalhador social é condição para acessar as novas dinâmicas de produção dos direitos. Quando se torna mero executor de tarefas, seu cotidiano resume-se ao fazer “pulverizando” (FALEIROS, 1985), recortado das lutas concretas, da resistência que ocorre no cotidiano, reage, sem abstrair o objeto das demandas sociais, perdendo a capacidade tecnicocientífica e humano-social ensejadas pelas lutas necessárias à retomada do programa de sociedade comunal.

O assistente social comporta um agir profissional que é eminentemente imerso na dimensão política, uma ação que exige intervenção no interior da contradição central entre capital e trabalho, o que em si é paradoxal, pois operacionaliza seus meios profissionais no cerne das relações de poder e de potência que objetivam e dão legitimidade às atividades institucionais, por ele desenvolvida.

O maior agravante desta realidade perpassa pelo isolamento no campo profissional específico, o que tem contribuído para a recorrência e renitência do debate teórico-abstrato descolado do exercício profissional ou *vice-versa*. Abstraindo, assim, a questão mais relevante, ou seja, o cotidiano das lutas e práticas sociais inovadoras, particularmente suas complexidades, seus impactos que estão no cerne do objeto de intervenção (relações sociais), a partir do seu campo de ação.

Recolher os elementos essenciais das práticas cotidianas é tarefa primordial para o estudo científico, a coleta de dados. Para não cair na armadilha que Sposati, Falcão, Fleury (1989, p.26) identificam, ou seja, “assumir a aparência de uma forma ‘não mercantil’ de distribuição de certos benefícios e serviços como expressão material de um sistema que se nega, é entendido na cultura institucional como tácita manifestação de ‘assistencialismo’, na medida em que se recorta o social como algo individual. Ir “além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional de Serviço Social”, como afirma lamamoto (1998, p. 21).

A sistematização da prática de campo é possibilitada pelo planejamento da prática, por objetivos, tornada por uma autogestão controlada, que precisa associar novas competências técnicas e habilidades, além da adição de processos de pesquisa como condição do exercício profissional na contemporaneidade. Como aparece em Codorniu (1996), ao pensar a gestão econômica de atividades adstritas às políticas sociais, bem como, em García; Parra (2002) ao tratar da direção, gestão e planejamento dos serviços sociais.

Neste sentido, o conteúdo teórico precisa aproximar suas lentes da gestão e dos serviços sob a ótica do trabalho real e em latência, em face das diferentes formas de trabalho e do não trabalho (desemprego dentre estas), para dar conta da complexidade das demandas para as políticas públicas, a fim de entender as determinações e, acima de tudo, articular as atribuições que lhes são conferidas sob a nova questão social (ROSAVALLON, 1995).

4 CONCLUSÃO

A segregação da ação profissional da nova questão social, ou seja, da pobreza estrutural, obstaculariza o entendimento da sociedade no capitalismo contemporâneo, ou seja, as relações sociais atravessadas pelo trabalho imaterial se tornaram explícitas devido aos novos meios de produção e às novas forças de trabalho, quando a aplicação da ciência e da tecnologia (P&D&I) hegemônicas as relações de trabalho, sob o domínio da comunicação e da linguagem, uma ameaça totalitária do modo de produção, cada vez mais, produzido por máquinas-robotizadas, um imperativo de transformação do trabalho autômato, comandado por subjetividades amorfas.

A reprodução da riqueza e da pobreza, no Estado do Pará, coloca a discussão da viabilidade dos direitos, numa realidade em que a questão social traz elementos originários da exclusão, um retorno efetivo aos processos de segregação do trabalho vinculação aos meios de produção, processos de expropriação históricas dos seus meios de vida básicos.

O enfoque social dos diferentes processos de expropriação, enquanto linha de investigação, torna-se promissor para o desenvolvimento teórico do ciclo de produção social do trabalho imaterial, em particular, dos serviços sociais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria José de Souza; EID, Farid. **Política pública de transferência de renda, inclusão produtiva e economia solidária: a experiência do Programa Bolsa Trabalho no Estado do Pará**. Belém/São Carlos: UFPA-UFScar, 2009.

COCCO, Giuseppe; BARBOSA, Maria José de Souza. Trabalho e natureza na Amazônia. In: **Gestão local e políticas públicas na Amazônia**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

CODORNIU, Júlia Montserrat. **Técnicas de Gestión económica**: para entidades sin ánimo de lucro. Barcelona: España, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula, Alternativas Metodológicas da Pesquisa em Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 21, 1985.

GARCÍA, Tomás Fernández; PARRA; Antonio Ares. **Servicios Sociales**: Dirección, gestión y Planificación. Madrid: España, 2002.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

LAZZARATO, Maurizio. Imaterial Work. In: **Radical thought in Italy**: a potential politics. Minneapolis: Minnesota Press, 1995.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 1998.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (org). **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

PAULA, João Antonio. Amazônia: fronteira e acumulação de capital. In: **As Amazônias do Século XXI**. Belém: UFPA, 2008.

ROSAVALLON, Pierre. **La nouvelle question sociale: repenser l'État-providence**. Paris: Éditions du Seuil, 1995.

SPOSATI, Aldaísa; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia Maria Teixeira. **Os Direitos dos Desassistidos Sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

VIRNO, Paolo. Virtuosity e Revolution: the political theory of exodus. In: **Radical thought in Italy**: a potential politics. Minneapolis: Minnesota Press, 1995.

NOTAS

1. O trabalho intelectual aqui não tem o sentido de trabalho erudito, mas do uso das faculdades mentais que passam a ser incorporado nos processos de produção no contexto do

capitalismo contemporâneo, momento em que a comunicação e a linguagem tornam-se essenciais à valorização de capital.

Maria José de Souza Barbosa

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), Centro Sócio-Econômico, Departamento de Política e Trabalhos Sociais.

Universidade Federal do Pará - UFPA

Av. Augusto Correa, n. 1 – Guamá
Cep: 66000-000
Belém – PA

Risomar Ferreira de Sousa

Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), assistente social do Gabinete da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará.
E-mail: risomar-mss@hotmail.com

Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará - SESPA

Av. Conselheiro Furtado, 1597 - entre Av. Quintino Bocaiuva e Generalíssimo Deodoro
Bairro: Cremação Cep: 66040.100
Belém – PA

Maria Helena Loureiro dos Santos

Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), assessora da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social do Pará – SEDES.
E-mail: helena264@hotmail.com

Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social do Pará – SEDES.

Avenida Pedro Miranda, 1666
Cep: 66080-971
Belém - PA